



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Chiarotti Cesário, Ana Cleide; Chiarotti Almeida, Ana Maria
Discurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 32, núm. 1, 2010, pp. 1-8
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325337001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Discurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural

Ana Cleide Chiarotti Cesário* e Ana Maria Chiarotti Almeida

Universidade Estadual de Londrina, Rod. Celso Garcia Cid, Pr 445, Km 380, 86055-900, Londrina, Paraná, Brasil.

*Autor para correspondência. E-mail: anaccesario@sercomtel.com.br

RESUMO. Este artigo trata da relação entre discurso e ideologia presente na teoria da análise do discurso de linha francesa (AD), elaborada por Michel Pêcheux, que se origina na matriz althusseriana de onde ele retira os conceitos de ideologia e assujeitamento. Por meio de discussão cuja inflexão teórica é o marxismo estrutural, busca-se entender como o teórico francês reinterpreta os conceitos althusserianos, movimento que o leva a abrir a grade estrutural, reafirmar o conceito marxista de luta de classes no âmbito das formações ideológicas e, ao mesmo tempo, a repensar a noção de discurso de Foucault.

Palavras-chave: análise do discurso, formações ideológicas, luta de classes.

ABSTRACT. Discourse and ideology: reflections on the field of structural marxism. This article discusses the relationship between discourse and ideology presented by the French School of Discourse Analysis (DA), elaborated by Michel Pêcheux, and originated in the Althusserian matrix from which he takes all concepts of ideology and subjection. Through a discussion whose theoretical inflection is structural Marxism, this study tries to understand how the French theoretician reinterprets Althusserian concepts, a movement that leads him to reopen the structural matrix, reaffirm the Marxist concept of class struggle within ideological formations and, at the same time, rethink Foucault's idea of discourse.

Key words: discourse analysis, ideological formations, class struggle.

Introdução

Quando, nas Ciências Sociais, toma-se o discurso como objeto de interpretação, não são apenas problemas metodológicos que se impõem ao pesquisador, mas principalmente questões teóricas que envolvem a compreensão desse objeto. O desafio se torna ainda maior se a adesão for à Análise de Discurso de linha francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux. Nesse caso, em particular, não há como se furtar à exigência de se situar num campo de debate que envolve as condições de produção do objeto investigado e as relações existentes entre ele – o discurso – e a ideologia.

É dessa relação entre discurso e ideologia que este artigo se ocupa, uma discussão cuja inflexão teórica é o marxismo estrutural já que a teoria elaborada por Pêcheux se origina na matriz althusseriana de onde ele retira os conceitos de ideologia e assujeitamento, reinterpretando-os, movimento que o leva a abrir a grade estrutural e, ao mesmo tempo, a repensar a noção de discurso de Foucault.

Entendemos que o trabalho teórico de Pêcheux abre a possibilidade de se pensar o discurso não como um “substituto” da ideologia, tampouco como um conceito que permite “contorná-la”, mas como algo atravessado por ela.

Essa possibilidade apresenta-se bastante promissora para a análise do discurso político, pois está em formação, entre os cientistas sociais, o consenso de que ele se mostra sempre carregado de ideologia, constituindo-se campo de disputa pelo poder simbólico.

Pêcheux e os fundamentos da análise de discurso

Antes de empreendermos a discussão propriamente das questões centrais a que nos propusemos, torna-se necessário situar Pêcheux, o fundador dessa linha de investigação, no campo teórico e ideológico do marxismo ao qual se vinculou.

Se, de um lado, Pêcheux nunca foi considerado estrela de primeira grandeza no universo estelar do marxismo estruturalista, de outro, o conjunto de sua obra lhe confere posição e papel importantes e singulares dentro do marxismo, revelando um intelectual com estilo de pensamento arguto, forte, inquieto e muitas vezes irônico. Aluno de Louis Althusser, manteve um trabalho em estreita colaboração com ele e uma amizade que resistiu à grande tragédia que colocou o mestre na condição de um “desaparecido”, utilizando, aqui, uma expressão de Foucault, também seu aluno e cuja amizade ao mestre igualmente se manteve no período difícil que

se seguiu ao constrangedor episódio, em 1980, quando Althusser assassinou sua esposa Hélène.

Embora tenha reelaborado a maioria das teses de Althusser, a ideia althusseriana de “luta de classes na teoria” perpassa todo o trabalho de Pêcheux, um militante do PCF, um filósofo que acreditava que a teoria deveria intervir na luta de classes. Em sua última obra, ainda faz referência a Althusser e se posiciona em relação ao seu próprio trabalho, dizendo:

A posição de trabalho que aqui evoco [...] supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possam detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. [...] trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade (PÊCHEUX, 2002, p. 57).

Tendo iniciado sua carreira com o apoio de Althusser – a exemplo de Foucault, Lacan, Balibar, entre outros –, Pêcheux começou seu trabalho num laboratório de Psicologia Social da Sorbonne com a tarefa acadêmica e política de desenvolver uma perspectiva crítica, “como Cavalo de Tróia do psicologismo” (DOSSE, 2007, p. 403). Nesse início, contou com a colaboração de Michel Plon e Paul Henry, na tentativa de aplicação das teses de Althusser na análise do discurso. Escrevendo, nessa fase inicial, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, começou pelo retorno a Marx e a Freud com o objetivo de discutir *o sujeito e a ideologia* em suas relações com *a língua*. Pêcheux efetua também uma releitura de Saussure, propondo que a noção de língua – como sistema – seja a base sobre a qual se devem pensar os processos discursivos, portanto, desloca o objeto, e de modo diferente de Saussure, defende que a AD analise *o discurso*, um objeto que funde *a língua, o sujeito e a história*. Desse modo, constrói um quadro teórico para a AD organizado em torno de Saussure, Marx e Freud. Portanto, no âmbito do grupo dos althusserianos, Pêcheux relê Saussure, do mesmo modo que Althusser releu Marx e Lacan relia Freud. Assim, sua releitura passou a fazer parte desse intrincado entremeio teórico que ele, a um só tempo, ajudou a construir e explorou para elaborar os princípios e procedimentos da AD.

Detentor de um pensamento exigente e inquieto fez um balanço de seu próprio pensamento, identificando três épocas na sua produção intelectual (PÊCHEUX, 1997).

Considera que a “primeira época” se inicia com a sua obra *Análise automática do discurso*, um período comparado por ele a uma “aventura teórica”,

momento em que empreende a releitura de Saussure, tomando o seu conceito de *langue* como suporte de processos discursivos envolvidos pelo sujeito e pela história. Pêcheux considera que nessa primeira fase lançou as bases do objeto *discurso*, uma concepção na qual se cruzam a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Nessa fase, as teses althusserianas sobre os *aparelhos ideológicos do Estado* e o *assujeitamento* levam-no a pensar o *sujeito* como atravessado pela *ideologia* e pelo *inconsciente*, um sujeito que, não sendo fonte nem origem do dizer, seria afetado pelo *já-dito* e pelo *pré-construído*. A metodologia que propõe é de base harrisiana¹ que busca destacar os traços e enunciados de base do processo discursivo. Ao fazer a crítica desse período, Pêcheux se penitencia por ter criado o “*primado do Mesmo sobre o Outro*”, privilegiando a repetição e a invariância.²

Na “segunda época”, revê as formulações iniciais, buscando *o Outro*, escapando do aprisionamento metodológico da fase inicial, que sugeria um tipo de máquina discursiva. Nessa fase Pêcheux reformula a noção de formação discursiva (FD) de Foucault (1972), abrindo-a do seu interior para o interdiscurso, ou seja, defendendo a ideia de que uma FD é sempre atravessada por outras FDs e por pré-construídos, sendo recobertas por formações ideológicas. Trata-se de uma fase de buscas e de muitos questionamentos, portanto, bastante fecunda. Embora Pêcheux já viesse anteriormente tentando explicitar melhor as relações entre *língua, discurso, ideologia e sujeito* e formulando as bases de sua tese dos dois esquecimentos, é na sua principal obra, *Les Vérités de la Palice*, de 1975 – com edição brasileira traduzida por Eni Orlandi sob o título *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio* (1995) – que Pêcheux fecha a “segunda época”, quando propõe a sua “teoria materialista do discurso” e inicia um período de muitas revisões.

Apoiado em uma afirmação de Balibar: “O fato de que a língua seja indiferente à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo do seu antagonismo, especialmente de sua luta política”. Pêcheux (1995, p. 92) pondera que tal afirmação

¹ O método harrisiano dominou os primeiros trabalhos da escola francesa de análise de discurso e consistia em acentuar os *termos pivôs* de uma formação discursiva como sugeriu o linguista americano Harris. Partindo de frases em que figuravam essas palavras, construía-se o *corpus* de análise que era submetido à comparação em discursos concorrentes, já que a ideia predominante era a de que as palavras mudam de valor segundo as formações discursivas. Nos anos 1970, a Escola francesa passou a criticar esse método, dele se distanciando, pelo risco de circularidade que ele trazia, já que se percebeu que os termos pivôs poderiam ser selecionados a partir de um saber exterior (MAINGUENEAU, 1998, p.77).

² Sobre o artigo de Pêcheux intitulado “A análise de discurso: três épocas”, ver comentário de Gregolin (2006, p. 60-64).

revela dois sentidos. O primeiro diz respeito à “autonomia relativa do sistema lingüístico” e o segundo, a “que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. Desse modo, ao criticar o seu companheiro de discussões acadêmicas e políticas, por trazer para o debate a visão equivocada de que a língua é um “meio de comunicação entre os homens” – equívoco que considera ter sido autorizado por Marx e Engels na Ideologia Alemã – Pêcheux segue na sua formulação, opondo às noções de *língua e unidade de língua*, presentes na assertiva de Balibar, as noções de *discurso e de contradição ideológica*, respectivamente.

Na sequência, inscreve o discurso e as contradições que lhes são inerentes nas relações ideológicas de classes, enunciando assim o que acredita ser fundamental para a teoria materialista do discurso.

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si, os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes. (PÊCHEUX, 1995, p. 93).

Também é nessa mesma obra que formula as duas formas de esquecimento com base numa relação, segundo o autor, existente entre o “sistema pré-consciente-consciente” e o “sistema inconsciente”.

Pêcheux (1995, p. 173) chama de esquecimento n. 2 ao

[...]’esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Sobre o esquecimento n. 1 Pêcheux (1995, p. 173) afirma

[...] que dá conta do fato que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina, Nesse sentido, o *esquecimento n. 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão.

Orlandi (1999) comenta as duas formas de esquecimento de Pêcheux, dizendo que o n. 2 é da ordem da enunciação, um esquecimento parcial, pré-consciente, uma ilusão referencial que dá a impressão que há uma relação direta entre pensamento, linguagem e o mundo, atestando que o

modo de dizer não é indiferente aos sentidos. O outro, o n. 1, que Pêcheux entende como ideológico, é de natureza inconsciente e revela o modo como somos afetados pela ideologia, como os sentidos [...] são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 1999, p. 35).

Ainda no final da “segunda época”, na sua obra *Semântica e discurso*, Pêcheux (1995), retomando uma questão apenas enunciada, mas não desenvolvida de modo suficiente por Althusser, reformula a questão do *assujeitamento*, mostrando o seu caráter contraditório e desigual, o que lhe permite asseverar que os Aparelhos Ideológicos de Estado – AIEs – não apenas reproduzem como *transformam* as relações de produção.

[...] os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes: [...] este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos de Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes [...], (aqui Pêcheux cita Althusser) o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultaneamente e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). De onde, a expressão ‘reprodução/transformação’ que empregamos (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Ao longo de sua produção, Pêcheux, diferentemente de Foucault, jamais se afastou do marxismo, formulando os fundamentos da AD por meio de um trajeto teórico que resultou numa abertura, tanto da concepção foucaultiana como da althusseriana, para além das estruturas discursivas e ideológicas. Ainda em relação à Foucault, Pêcheux (1997) dele se distinguiu porque não se afastou da noção de História assentada nas relações de produção, trazendo essa noção para as condições de produção do discurso, não abrindo mão de relacionar ideologia e linguagem, escapando ao risco de transformar tudo em discurso. Num primeiro momento, abriu o conceito de formações discursivas, uma noção formulada por Foucault (1972), indicando que elas são atravessadas por pré-construídos e por outras formações discursivas que compõem o interdiscurso. Num segundo momento, repensou as FDs a partir da noção de formações ideológicas que, segundo ele, expressam, nas formações discursivas, a luta de classes.

Chamaremos, então, *formações discursivas* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada,

determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Formações discursivas e formações ideológicas, assim definidas por Pêcheux, assumem papel relevante na sua teoria materialista do discurso e de suas relações com os sujeitos falantes.

[...] retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

O que pode parecer para alguns, segundo Pêcheux, como “leis psicológicas do pensamento”, estão, para ele, determinadas materialmente na própria estrutura do interdiscurso.

[...] propomos chamar de interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Como intelectual influenciado que foi por Althusser, Pêcheux (1995), de modo semelhante à Poulantzas, assimilou do mestre a noção da *com dominância*, isto é, um todo complexo de *sobreDeterminações* dos vários níveis que compõem a estrutura social, com determinação em última instância do econômico. Enquanto o último aplicou essa ideia para a compreensão das relações do Estado com a sociedade, indicando autonomia relativa da instância do político, Pêcheux aplicou-a para desfazer qualquer noção simplificadora de que há relação de determinação direta de uma formação discursiva sobre a outra. Trata-se também de uma posição contrária, assumida por Pêcheux em relação ao método proposto por Foucault, em *Arqueologia do saber*, que, segundo ele, não atribui importância suficiente à ideologia e às lutas de classe. “[...] é preciso, ainda, poder explicar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta de classes determina” (PÊCHEUX, 1995, p. 254).

Na última e “terceira época” (1980 a 1983) que Maldidier denomina de “desconstrução dirigida” (GREGOLIN, 2006, p. 64), Pêcheux que vive o recrudescimento da crise que afeta a esquerda francesa, anunciada em maio de 1968 e agora

instalada definitivamente no PC, recrudesce também a sua autocrítica.

Num de seus últimos trabalhos, em relação à concepção althusseriana, Pêcheux propõe uma revisão crítica do “estruturalismo político” em que haviam se transformado as propostas althusserianas, alertando para a necessidade de se abrir a “Teoria”, ou seja, o marxismo estruturalista de Althusser, que, segundo ele, havia intimidado os intelectuais, colocando-os numa posição de proximidade com o Estado.

A grande força dessa revisão crítica é colocar impiedosamente em causa as alturas teóricas no nível das quais o estruturalismo político tinha pretendido construir sua relação com o Estado (eventualmente sua identificação ao Estado – e especialmente com o Partido-Estado da revolução). Este choque em retorno obriga os olhares a se voltarem para o que se passa realmente ‘em baixo’, nos espaços infra-estatais que constituem o ordinário das massas, especialmente em período de crise (PÊCHEUX, 2002, p. 48).

E, por último, já sob a influência de Mikhail Bachtin e Michael De Certeau – este último, representante da Nova História – mostrou a importância do acontecimento, opondo-o à estrutura, como possibilidade de transformação, desde que a AD atentasse para o dialogismo³ e para os sentidos ordinários produzidos pelas vozes que “representam um contragolpe ideológico que força a refletir” (PÊCHEUX, 2002, p. 48).

Dentre os discípulos de Althusser, Pêcheux, por ter se ocupado dos estudos linguísticos e da formulação dos paradigmas da AD, talvez tenha sido quem construiu, no início da proposição do seu método, uma das mais rígidas grades estruturais. Todavia, pelo seu engajamento político e sua adesão à ideia de que não existe discurso ingênuo do ponto de vista ideológico, mesmo quando se trata do discurso científico, manteve sempre uma rígida “vigilância epistemológica” (BOURDIEU, 2004) sobre seus trabalhos, o que lhe possibilitou vigoroso movimento teórico-crítico sobre sua própria produção. Quando a grade estrutural lhe pareceu estreita demais, forçou seu rompimento para escapar ao risco de um “gradeamento” imobilizador a que se viu exposto.

Todavia, essa posição de Pêcheux, no conjunto do movimento estruturalista, somente pode ser compreendida, à medida que nos acercamos de suas ideias e passamos a tomá-las como orientadoras das

³ Por dialogismo se entende aqui um conceito da AD “emprestado ao Círculo de Bakhtin e que se refere às relações que todo o enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem” (MOIRAND apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 160).

análises dos textos nas pesquisas que possamos vir a desenvolver.

A AD como metodologia que também é teoria

A maior dificuldade para o pesquisador da área de Ciências Sociais que se ocupa do discurso político surge já no início da análise empírica, quando se depara com a tarefa de (des)superficialização do texto. O analista se vê diante do desafio de passar da superfície linguística (o material bruto coletado) para o objeto discursivo, passagem que requer o entendimento do processo de enunciação, bem como da materialidade linguística. Problemas de sintaxe devem ser solucionados e o concurso de um linguista, nesse momento, torna-se praticamente indispensável.

Em que pese essa dificuldade – que no grupo que coordenamos temos como resolvê-la, pois contamos com a participação de uma linguista –, há, contudo, princípios e procedimentos na AD que se mostram extraordinariamente adequados ao *métier* dos sociólogos e cientistas políticos.

O modo como se constrói o “corpus” de análise é bastante pertinente ao processo de investigação da política, pois, invariavelmente, quando se faz história ou memória política, o pesquisador acaba levantando um volume de material empírico extenso e diverso.

Partir de uma questão, como recomenda a AD, relacioná-la ao dispositivo teórico e à construção do dispositivo analítico são procedimentos que facilitam a escolha dos materiais discursivos no conjunto dos textos coletados.

No entanto, há que se ter em mente que o dispositivo teórico é sempre o mesmo - pois se refere ao Materialismo Histórico, à Psicanálise e à Linguística.

O dispositivo analítico, ao contrário, é flexível e exige criatividade do pesquisador na sua construção, pois a questão que se formula em relação ao objeto/tema invariavelmente leva o pesquisador a convocar conceitos de sua própria área de formação, desde que compatíveis com a AD, para dar conta do processo de compreensão.

Assim, o conceito de ideologia, que é próprio do dispositivo teórico da AD, pode ser articulado a outros, como *classes, Estado, opressão, dominação, partidos, emancipação* etc. O mesmo pode acontecer com a ideia de imaginário – elemento constituinte da noção althusseriana de ideologia – podendo ser relacionada à *sujeição, aparelhos ideológicos, produção e reprodução* tanto das condições de produção capitalista como da ideologia dominante.

Um aspecto fascinante da AD é que à medida que a análise se instala, por meio da descrição e da interpretação, desencadeia-se um movimento de constante retorno à teoria, possibilitando, inclusive, quando necessária, uma revisão dos conceitos e do

próprio “corpus” de análise. É desse modo que se percebe a indissociabilidade entre teoria e método na AD.

Embora não se deva pensar a AD como um processo estabilizado, pois isso a transformaria numa máquina, alguns procedimentos se apresentam como caminhos seguros ao analista: a formulação da questão ou questões; a construção do dispositivo analítico referido ao dispositivo teórico; a (des)superficialização do texto que, pela sua discursividade, dá acesso ao discurso, este de caráter teórico – pois se trata de objeto teoricamente construído –, diferente do texto, que é de natureza empírica.

Há, ainda, a possibilidade de se relacionar devidamente o discurso com a sua exterioridade, superando-se a já repisada fórmula de “contextualização histórica do texto”.

Para a AD a História não é mera exterioridade, mas envolve o discurso e se manifesta no texto, impondo-se, desse modo, a compreensão das condições de produção do discurso – quem e como o produziu, de que lugar e para quem o produziu.

Importância especial deve ser dada ao sujeito falante e à língua. O primeiro porque, ao falar, na verdade enuncia, tendo como referência o outro, produzindo e administrando, assim, os sentidos. A segunda, a língua, não apenas como sistema e no seu funcionamento, mas também naquilo que ela tem de singular: o equívoco, o implícito, a falta, a falha, o silêncio. Essas buscas do sintoma, como sugerem Althusser e Pêcheux, propicia ao analista entender que essas singularidades dependem de como se dá a relação língua, ideologia e inconsciente, relação que dá acesso aos processos discursivos.

Para a AD tanto a palavra como o silêncio produzem sentido, portanto, o silêncio também significa. Ele pode ser entendido como silêncio fundador e respiração de sentidos e como censura. O que pode ser e o que não pode ser dito é fundamental para a análise do discurso político (ORLANDI, 1997).

É pertinente, ainda, pensar que todo discurso se inscreve numa formação discursiva (FD), noção formulada por Michel Foucault “para designar conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas” (MAINGUENEAU, 1998, p. 67-68). Entretanto, assim procedendo, não significa reduzir a FD à ideologia, como alerta Pêcheux, pois ambas são componentes das formações ideológicas.

Ainda que polêmico, o conceito de FD é básico porque permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de encontrar

regularidades (e divergências) no funcionamento do discurso. Estas devem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações (ORLANDI, 1999, p. 42-43).

Há quem afirme que o uso do termo FD por Foucault foi para contornar as unidades tradicionais como: **teoria, ideologia, ciência**, para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 241, grifo do autor).

Em Pêcheux, FD aparece, a princípio, como uma apropriação do conceito foucaultiano – trazendo-o para dentro da AD –, revisada à luz do quadro teórico do marxismo althusseriano, isto é, como

[...] posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações (discursivas relacionadas à luta de classes) que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação⁴ (MAINGUENEAU, 1998, p. 68).

É o mesmo Pêcheux que, num segundo momento, alerta para que não se conceba a FD como algo fechado, pois ela estabelece uma relação paradoxal com o seu exterior.

[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob forma de ‘preconstruídos’ e de ‘discursos transversos’) (PÊCHEUX, 1997, p. 314).

É essa “invasão” de outros discursos – preconstruídos e transversos – que leva ao interdiscurso, à memória do dizer, tão importante para a interpretação da memória política.

As ciências sociais e a adesão à AD

Se de um lado, a adesão à AD por parte dos Cientistas Sociais se torna experiência extraordinária, tanto pelos procedimentos metodológicos a que se tem acesso quanto pela instigante discussão teórica que se instala entre as Ciências Sociais e o dispositivo teórico da AD, por outro, faz emergir ao longo das pesquisas questões bastante controversas e até certo ponto incômodas.

Dentre essas questões, passaremos a tratar de duas delas – que se entrecruzam na AD – e que nos parecem as mais polêmicas: a ideologia e o

inconsciente. A escolha se deve ao fato de que elas colocam em xeque a noção de sujeito ontológico com capacidade de intervir no processo histórico, colocando em evidência, no seu lugar, a noção de sujeito assujeitado.

Desse modo, busca-se, por meio de minuciosa discussão interna da teoria althusseriana e da influência de Espinosa no seu pensamento, respostas para essa questão que, de certa forma, fecham a teoria e inibem as possibilidades de se pensar a mudança, a emancipação e a revolução, questões fundamentais para a análise política.

Como já foi dito, a AD, influenciada por Althusser, toma como referência a natureza imaginária da ideologia, considerando-a mais do que reflexo de uma realidade. Ele não a vê como falseamento, lacuna ou inversão da realidade, mas como “[...] uma ‘representação’ imaginária dos indivíduos em suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1983, p. 85).

Essa dimensão do imaginário do conceito de ideologia de Althusser (1983) atribui-se a uma influência de Espinosa, pois estaria Althusser se reportando à discussão feita por aquele autor sobre a servidão. Pela oposição *ideias/imagens*, Espinosa explica a relação do homem – e do seu mundo interior – com o mundo exterior.

As primeiras (as ideias) estariam relacionadas à reflexão e ao pensamento, portanto à vida interior. As segundas seriam as impressões que vêm de fora (imagens), podendo obscurecer o pensamento e as ideias, instalando a opressão, contrariando, inclusive o *conatus*, o desejo do homem em “possuir e conservar tudo quanto lhe propicie alegria e afastar e excluir tudo quanto lhe traga tristeza” (CHAUI, 2003). Um impulso de autoconservação que busca “o que fortalece e foge do que enfraquece”.

Como se pode depreender da discussão anterior, o conceito de assujeitamento de Althusser (1983), que considera o processo de constituição do sujeito pela interpelação ideológica, não se baseia apenas na ideia lacaniana de sujeito especular - em Althusser, o sujeito do capitalismo aparece, constituindo-se pela sua relação especular com o Sujeito Capital -, mas assenta-se, também, na discussão das várias formas de submissão discutidas por Espinosa: a religiosa, a moral, a política etc.

Buscar as influências do pensamento espinosista nas noções de ideologia e de assujeitamento de Althusser significa romper com o que há de estrutural e estatizante na sua teoria. Significa buscar explicação no “*conatus*” para se entender a saída que Althusser dá para o assujeitamento quando se refere ao *mau sujeito*, ou seja, aquele que, movido pela noção espinosista de “*conatus*” resiste à função

⁴ Pêcheux entendia que era nas formações discursivas (FDs) que se operavam o “assujeitamento”, a “interpelação” do sujeito como sujeito ideológico. Ao final dos anos 1970, esse autor revê a noção de FD, ligando-a ao interdiscurso. FD aparece, então, inseparável do interdiscurso, lugar em que se constituam os objetos e a coerência dos enunciados que provêm de uma formação discursiva.

naturalizadora da ideologia e ao assujeitamento. Uma saída pelo caminho de uma noção de liberdade bastante incomum encontrada no pensamento de Espinosa e reelaborada por Althusser ao seu modo.

Fazer essa aproximação do pensamento de Althusser ao de Espinosa nos parece adequado, mesmo porque, ao invés de enfatizar apenas o lado da teoria althusseriana que acentua a reprodução ideológica feita pelo Estado, por meio dos seus Aparelhos Ideológicos, a AD parece se fixar mais no conceito de ideologia – no coração da teoria de Althusser – o lugar de onde é possível fazer uma leitura de um sujeito ao mesmo tempo constituído e também constituinte das formações ideológicas.

Questão menos familiar para os cientistas sociais é a referente ao inconsciente, quando a AD traz à discussão a Psicanálise e o seu objeto - o inconsciente - pela leitura que Lacan faz de Freud (ALTHUSSER, 1985).

Sobre o objeto da Psicanálise, Lacan considera que o discurso do inconsciente está estruturado como uma linguagem. Ao fazer tal constatação, Lacan está discutindo os mecanismos e leis do sonho, que Freud reduziu a duas variantes: a deslocação e a condensação e identificando com elas duas figuras essenciais para a linguística, a metonímia e a metáfora, à maneira relacional da língua, como as define Jakobson: a primeira (a metonímia) por contiguidade e a segunda (a metáfora) por substituição.

Dessa discussão, resulta para a AD que o equívoco, a falha, o sintoma, o chiste seriam significantes inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, indicando para a Linguística o paradoxo de um discurso ao mesmo tempo duplo e uno, inconsciente e verbal, um campo único pelo campo duplo, o campo da “cadeia significante”, uma entrada que Lacan se permite fazer, a partir da psicanálise de Freud, nas conquistas da linguística saussureana (ALTHUSSER, 1985, p. 61-63).

Essa é uma questão extremamente inquietante para profissionais da área de Ciências Sociais mais acostumados ao diálogo entre Freud e Marx, do qual emerge não apenas a discussão sobre o inconsciente, mas, sobretudo, da consciência e do pré-consciente, categorias importantes para a compreensão dos processos de fetichização da mercadoria, da reificação das relações sociais, da alienação, da falsa e da possível consciência de classe, questões caras ao pensamento marxista.

O encontro criado pela AD das Ciências Sociais com a psicanálise de Lacan é diferente, pois se dá pela via do discurso e da linguagem, provocando, obrigatoriamente, a inclusão da Linguística.

Quando nos detemos na maneira como Pêcheux

inscreve a noção de inconsciente na AD, percebe-se que ela se dá na instância do interdiscurso, portanto, na cadeia de filiação das séries discursivas e não propriamente no campo da exterioridade, isto é, no plano das contradições da formação social e das lutas de classe. Isso nos leva a pensar que, por mais eficiente que possa ser o processo de sujeição por meio da linguagem e do discurso, o modo de produção e a formação social se manterão sempre como instâncias e lugares das contradições e das lutas de interesses.

Se a noção lacaniana de inconsciente sugere que o sujeito é parte de um processo discursivo, a um só tempo inconsciente e verbal, em Foucault, é possível identificar não apenas um, mas sujeitos, dependendo do lugar que ele ocupa na enunciação e nas formações discursivas, estas entendidas como

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de existência da função enunciativa (FOUCAULT, 1972, p. 153-154).

Desse modo, a perspectiva foucaultiana, ao invés de elucidar as relações entre sujeito discurso e sua exterioridade, traz uma nova dificuldade: uma ênfase exacerbada no discurso que pode secundarizar os agentes políticos, transformando tudo em discurso.

No entanto, segundo o entendimento de Machado (1988, p. 166), é o próprio Foucault quem abre a possibilidade de compreender o discurso como prática e de relacioná-lo às práticas não-discursivas.

[...] a análise arqueológica como descrição dos discursos não deve se fechar no interior do próprio discurso. Pelo contrário, uma de suas idéias básicas é articular o acontecimento não-discursivo, as formações discursivas com as formações não discursivas. Ela não permanece unicamente ao nível do discurso, embora esse seja o seu objeto, aquilo para o qual tudo converge, mas busca estabelecer uma relação com acontecimentos de uma outra ordem, seja ela técnica, econômica, social ou política.

Mesmo abrindo o discurso para o acontecimento, Foucault (1972) não oferece indicativos de como age o sujeito para além do discurso, a não ser quando trata do indivíduo e o “governo de si próprio”, um governo bastante individualizado, quem sabe o governo de uma autonomia possível nos limites da sociedade vigiada e dos poderes moleculares.

Pêcheux (2002) já havia percebido os limites das concepções foucaultianas quando, em seu texto “O discurso: estrutura ou acontecimento”, asseverou:

[...] A noção de ‘formação discursiva’ emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora (PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Conclusão

Da discussão aqui realizada, depreendem-se duas advertências teórico-metodológicas fundamentais feitas por Pêcheux. A primeira delas é que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe. A segunda decorre da primeira e alerta o analista para que esteja atento aos rumores dos sentidos ordinários que vêm da sociedade.

Tais advertências indicam que a AD, para o seu fundador, deve se abrir da estrutura para o acontecimento. Porém, não há como cobrar de Pêcheux uma teoria da ação e do ator político, mesmo porque para ele o que importa são os agentes coletivos, as classes sociais em luta, uma contenda, um processo antagônico que se manifesta nas formações ideológicas e discursivas.

É por essas razões aqui discutidas que, quando hoje fazemos análise do discurso político, colocamo-nos numa posição de constante *vigilância epistemológica*, atentos para os possíveis aprisionamentos que os princípios e procedimentos da AD podem acarretar.

Temos tido o cuidado de repensar essa teoria e método, primeiro à luz da sua própria lógica interna e, em segundo, sob a orientação de algumas questões fundamentais das Ciências Sociais como a permanência/transformação e a opressão/emancipação, a propósito, questões também colocadas pelo seu fundador que jamais isentou o trabalho intelectual e científico da necessidade do posicionamento ético político.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítica-histórica. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUI, M. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo**. Bauru: Edusc, 2007. v. 2.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.
- MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Unicamp, 1999.
- PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

Received on April 30, 2009.

Accepted on October 21, 2009.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.